

Entrevista

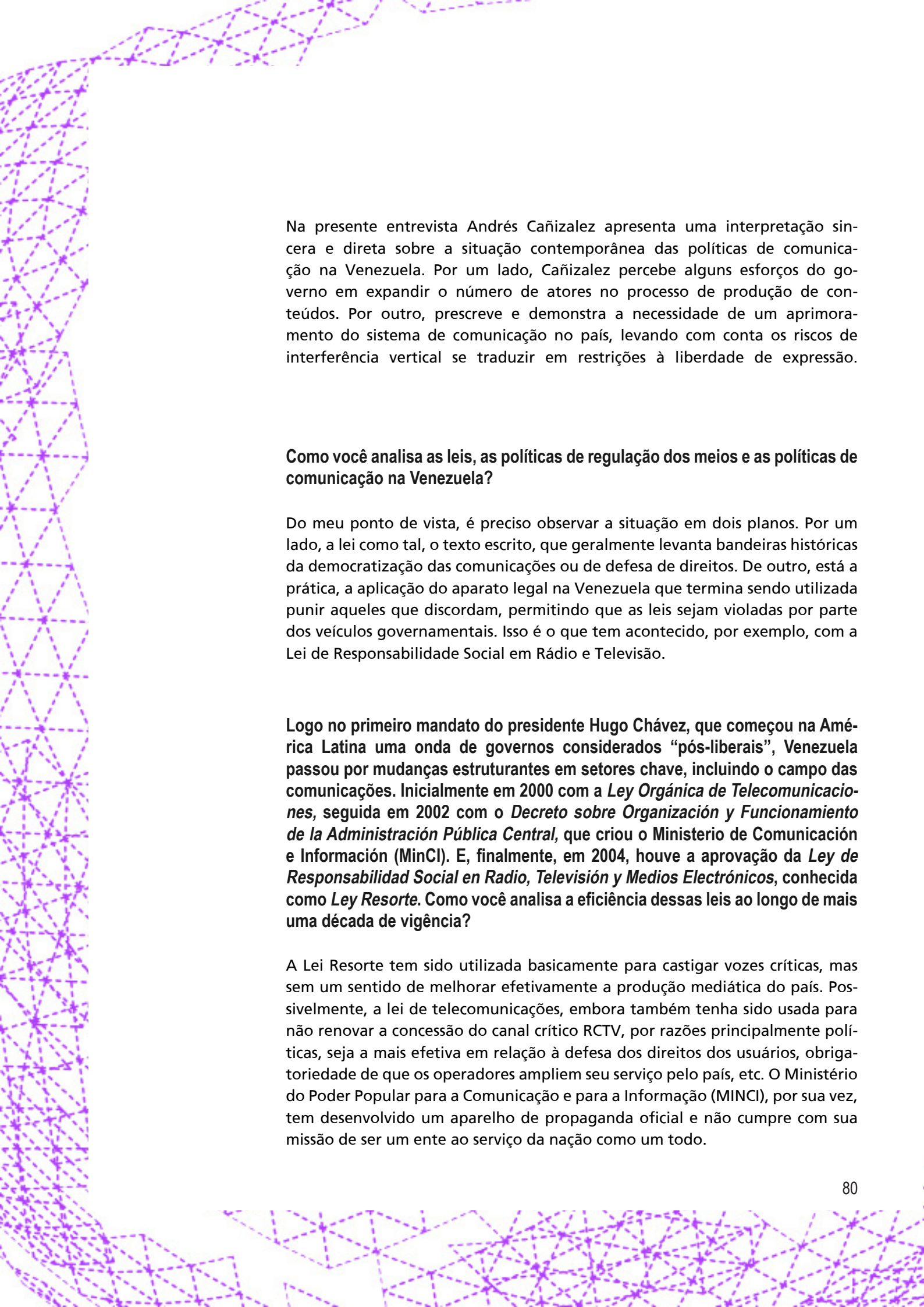
**“Os últimos governos venezuelanos enfrentaram o poder privado, mas não deram um papel protagonista aos cidadãos”**

**Andrés Cañizález**

Presidente da Associação Venezuelana de Investigadores da Comunicação, professor de cursos de pós-graduação na Universidad Católica Andrés Bello e diretor da revista Temas de Comunicación.

**Por Mariana Martins e Fernando Oliveira Paulino**

Entrevista realizada em maio de 2015



Na presente entrevista Andrés Cañizalez apresenta uma interpretação sincera e direta sobre a situação contemporânea das políticas de comunicação na Venezuela. Por um lado, Cañizalez percebe alguns esforços do governo em expandir o número de atores no processo de produção de conteúdos. Por outro, prescreve e demonstra a necessidade de um aprimoramento do sistema de comunicação no país, levando com conta os riscos de interferência vertical se traduzir em restrições à liberdade de expressão.

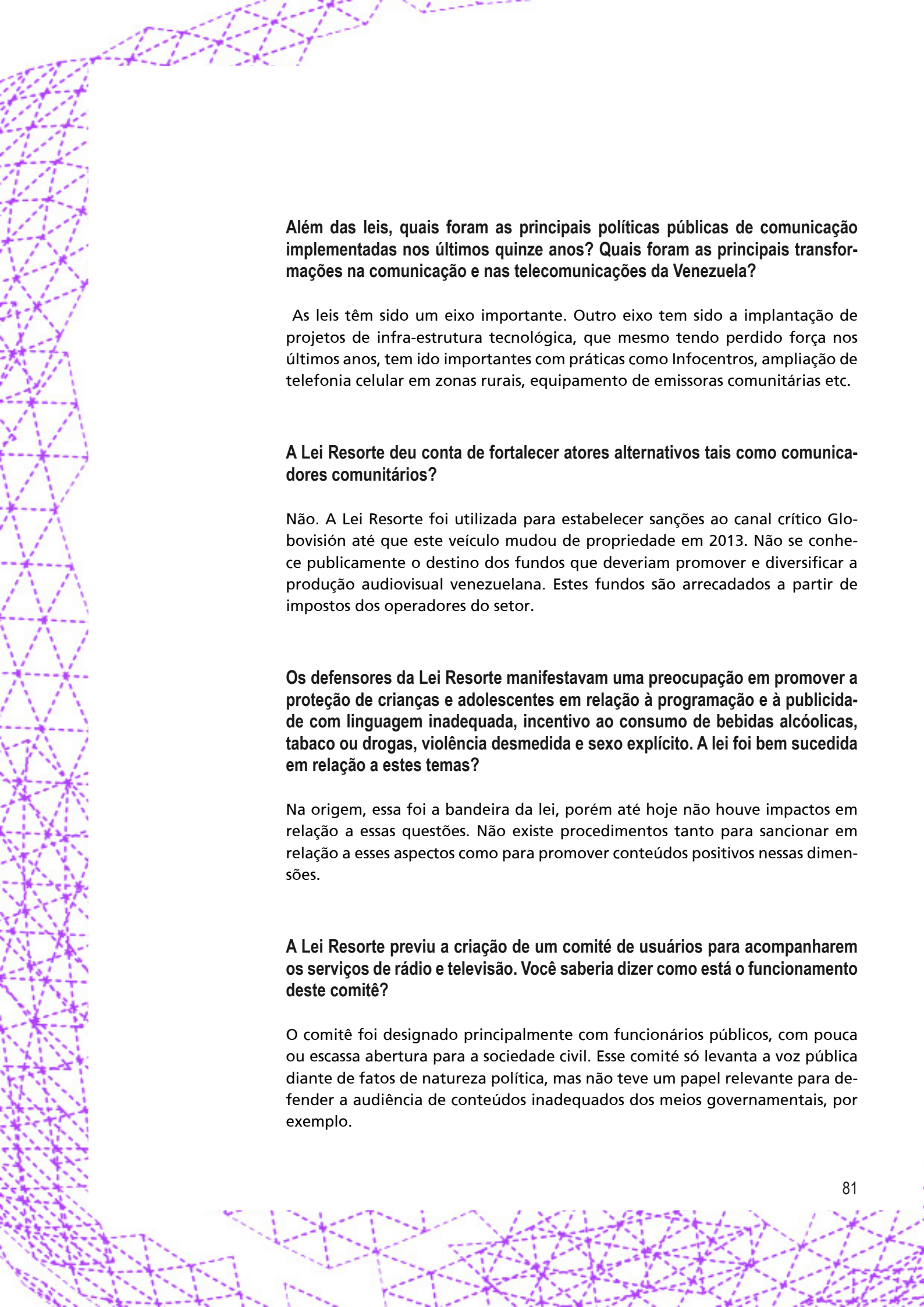
**Como você analisa as leis, as políticas de regulação dos meios e as políticas de comunicação na Venezuela?**

Do meu ponto de vista, é preciso observar a situação em dois planos. Por um lado, a lei como tal, o texto escrito, que geralmente levanta bandeiras históricas da democratização das comunicações ou de defesa de direitos. De outro, está a prática, a aplicação do aparato legal na Venezuela que termina sendo utilizada punir aqueles que discordam, permitindo que as leis sejam violadas por parte dos veículos governamentais. Isso é o que tem acontecido, por exemplo, com a Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão.

**Logo no primeiro mandato do presidente Hugo Chávez, que começou na América Latina uma onda de governos considerados “pós-liberais”, Venezuela passou por mudanças estruturantes em setores chave, incluindo o campo das comunicações. Inicialmente em 2000 com a *Ley Orgánica de Telecomunicaciones*, seguida em 2002 com o *Decreto sobre Organización y Funcionamiento de la Administración Pública Central*, que criou o Ministerio de Comunicación e Información (MinCI). E, finalmente, em 2004, houve a aprovação da *Ley de Responsabilidad Social en Radio, Televisión y Medios Electrónicos*, conhecida como *Ley Resorte*. Como você analisa a eficiência dessas leis ao longo de mais uma década de vigência?**

A Lei Resorte tem sido utilizada basicamente para castigar vozes críticas, mas sem um sentido de melhorar efetivamente a produção mediática do país. Possivelmente, a lei de telecomunicações, embora também tenha sido usada para não renovar a concessão do canal crítico RCTV, por razões principalmente políticas, seja a mais efetiva em relação à defesa dos direitos dos usuários, obrigatoriedade de que os operadores ampliem seu serviço pelo país, etc. O Ministério do Poder Popular para a Comunicação e para a Informação (MINCI), por sua vez, tem desenvolvido um aparelho de propaganda oficial e não cumpre com sua missão de ser um ente ao serviço da nação como um todo.





**Além das leis, quais foram as principais políticas públicas de comunicação implementadas nos últimos quinze anos? Quais foram as principais transformações na comunicação e nas telecomunicações da Venezuela?**

As leis têm sido um eixo importante. Outro eixo tem sido a implantação de projetos de infra-estrutura tecnológica, que mesmo tendo perdido força nos últimos anos, tem ido importantes com práticas como Infocentros, ampliação de telefonia celular em zonas rurais, equipamento de emissoras comunitárias etc.

**A Lei Resorte deu conta de fortalecer atores alternativos tais como comunicadores comunitários?**

Não. A Lei Resorte foi utilizada para estabelecer sanções ao canal crítico Globovisión até que este veículo mudou de propriedade em 2013. Não se conhece publicamente o destino dos fundos que deveriam promover e diversificar a produção audiovisual venezuelana. Estes fundos são arrecadados a partir de impostos dos operadores do setor.

**Os defensores da Lei Resorte manifestavam uma preocupação em promover a proteção de crianças e adolescentes em relação à programação e à publicidade com linguagem inadequada, incentivo ao consumo de bebidas alcólicas, tabaco ou drogas, violência desmedida e sexo explícito. A lei foi bem sucedida em relação a estes temas?**

Na origem, essa foi a bandeira da lei, porém até hoje não houve impactos em relação a essas questões. Não existe procedimentos tanto para sancionar em relação a esses aspectos como para promover conteúdos positivos nessas dimensões.

**A Lei Resorte previu a criação de um comitê de usuários para acompanharem os serviços de rádio e televisão. Você saberia dizer como está o funcionamento deste comitê?**

O comitê foi designado principalmente com funcionários públicos, com pouca ou escassa abertura para a sociedade civil. Esse comitê só levanta a voz pública diante de fatos de natureza política, mas não teve um papel relevante para defender a audiência de conteúdos inadequados dos meios governamentais, por exemplo.

**Como você avalia as experiências de estímulo à participação do público e de prestação de contas (*accountability*), tais como ombudsman e conselhos de leitores, ouvintes e telespectadores na Venezuela?**

Tais experiências são praticamente nulas na Venezuela. Existem alguns trabalhos desenvolvidos em veículos impressos. Mais informações estão disponíveis no estudo da ONG Medianalisis sobre a responsabilidade social em: [www.medianalisis.org](http://www.medianalisis.org)

**Como você avalia as experiências de estímulo ao serviço público de mídia na Venezuela?**

Entendo que se perdeu uma excelente oportunidade para implantar um modelo de serviço público democrático e plural. Os meios de comunicação do Estado venezuelano sucumbiram à propaganda e, com isso, se distanciaram de fazer um genuíno serviço público.

**Dez anos depois da negativa à renovação da concessão da RCTV, é possível afirmar que a Venezuela conta com um ecossistema mediático mais plural e democrático?**

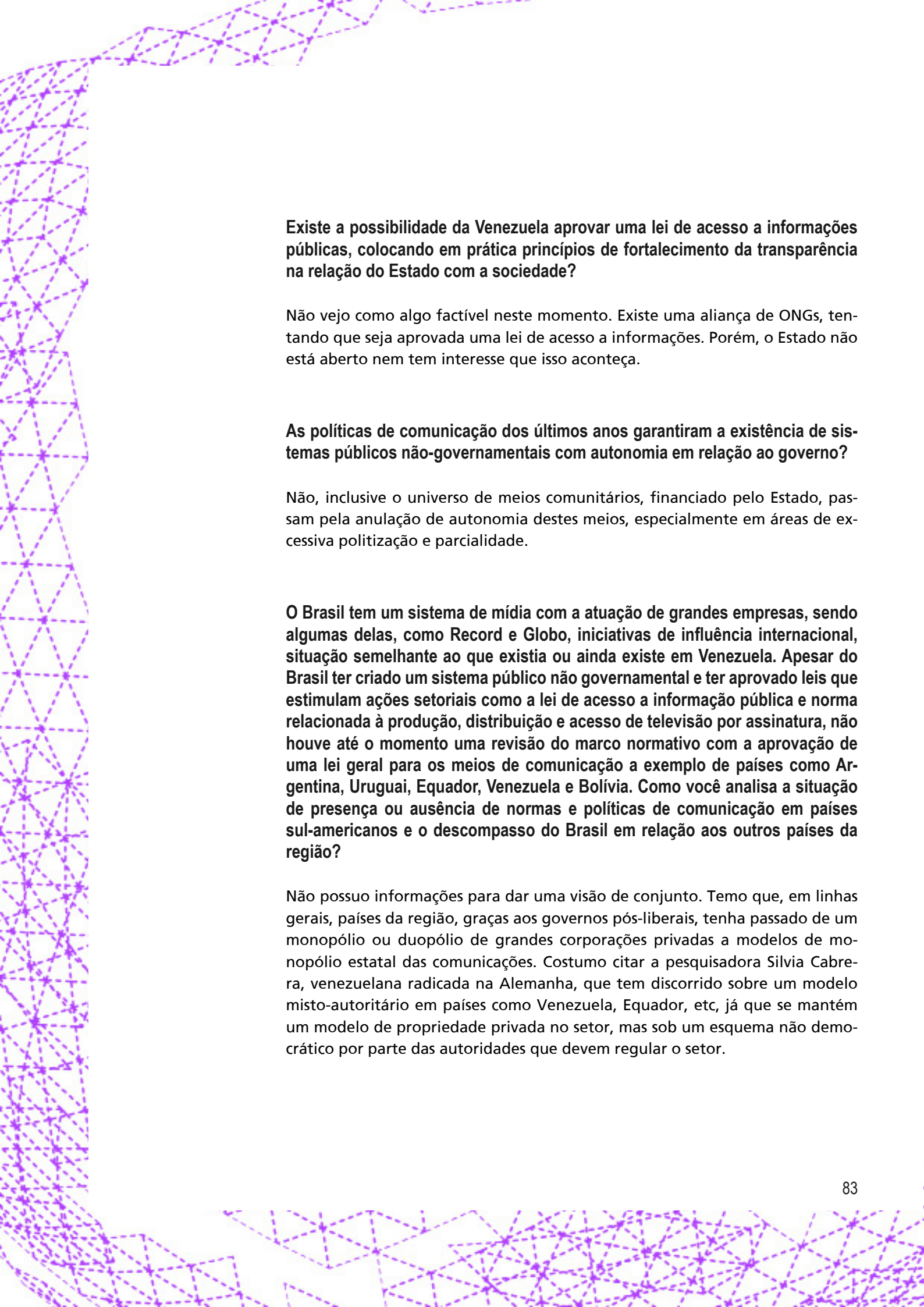
Não. O Estado venezuelano ampliou seu poder com um maior número de meios sob sua administração e, ao mesmo tempo, ampliou o controle sobre meios privados.

**Como você avalia a experiência da Telesur?**

Como conceito, Telesur é uma grande iniciativa porque sem dúvida é necessário uma maior integração regional em matéria informativa. Na prática, o canal tem reproduzido o viés e a ideologização excessiva dos meios oficiais da Venezuela.

**O que você poderia dizer sobre políticas de inclusão digital, estimulando o uso da internet na Venezuela?**

As políticas de inclusão digital têm resultados positivos, embora isso tenha diminuído nos últimos três anos. O país está atrasado em relação ao uso da internet no que se refere a velocidade, penetração etc)



**Existe a possibilidade da Venezuela aprovar uma lei de acesso a informações públicas, colocando em prática princípios de fortalecimento da transparência na relação do Estado com a sociedade?**

Não vejo como algo factível neste momento. Existe uma aliança de ONGs, tentando que seja aprovada uma lei de acesso a informações. Porém, o Estado não está aberto nem tem interesse que isso aconteça.

**As políticas de comunicação dos últimos anos garantiram a existência de sistemas públicos não-governamentais com autonomia em relação ao governo?**

Não, inclusive o universo de meios comunitários, financiado pelo Estado, passam pela anulação de autonomia destes meios, especialmente em áreas de excessiva politização e parcialidade.

**O Brasil tem um sistema de mídia com a atuação de grandes empresas, sendo algumas delas, como Record e Globo, iniciativas de influência internacional, situação semelhante ao que existia ou ainda existe em Venezuela. Apesar do Brasil ter criado um sistema público não governamental e ter aprovado leis que estimulam ações setoriais como a lei de acesso a informação pública e norma relacionada à produção, distribuição e acesso de televisão por assinatura, não houve até o momento uma revisão do marco normativo com a aprovação de uma lei geral para os meios de comunicação a exemplo de países como Argentina, Uruguai, Equador, Venezuela e Bolívia. Como você analisa a situação de presença ou ausência de normas e políticas de comunicação em países sul-americanos e o descompasso do Brasil em relação aos outros países da região?**

Não possuo informações para dar uma visão de conjunto. Temo que, em linhas gerais, países da região, graças aos governos pós-liberais, tenha passado de um monopólio ou duopólio de grandes corporações privadas a modelos de monopólio estatal das comunicações. Costumo citar a pesquisadora Silvia Cabrera, venezuelana radicada na Alemanha, que tem discorrido sobre um modelo misto-autoritário em países como Venezuela, Equador, etc, já que se mantém um modelo de propriedade privada no setor, mas sob um esquema não democrático por parte das autoridades que devem regular o setor.



**Como estão os estudos e pesquisas de políticas de comunicação na Venezuela? Você destacaria a experiência de algum centro ou universidade?**

Historicamente, o Instituto de Investigações da Comunicação da Universidad Central de Venezuela (ININCO-UCV) tem sido uma referência. Nos últimos anos, a partir do Centro de Investigación da Comunicação da Universidad Católica Andrés Bello (CIC-UCAB) temos levado adiante iniciativas neste campo. Também é uma referência a Revista Comunicación, editada pelo Centro Gumilla, com diversos números dedicados à temática.

**Quais são as perspectivas e principais desafios para as políticas de regulação dos meios?**

Manter o papel do Estado como regulador do setor com uma política plural. Pessoalmente creio menos em que o próprio Estado deve manejar meios, pois existe o risco de politizar-partidarizar a esses meios com o intuito de defender a causa daqueles que ocupam o poder. Deve-se limitar o poder excessivo dos grupos empresariais, mas sem um espírito de revanche.

**Algo mais que você acredita ser relevante para o debate sobre perspectivas e principais desafios para as políticas de regulação dos meios na Venezuela?**

Na Venezuela, os cidadãos têm sido esquecidos. Os últimos governos enfrentaram o poder privado, mas não deram um papel protagonista aos cidadãos.